

[Handwritten signature]

Relatório e Contas

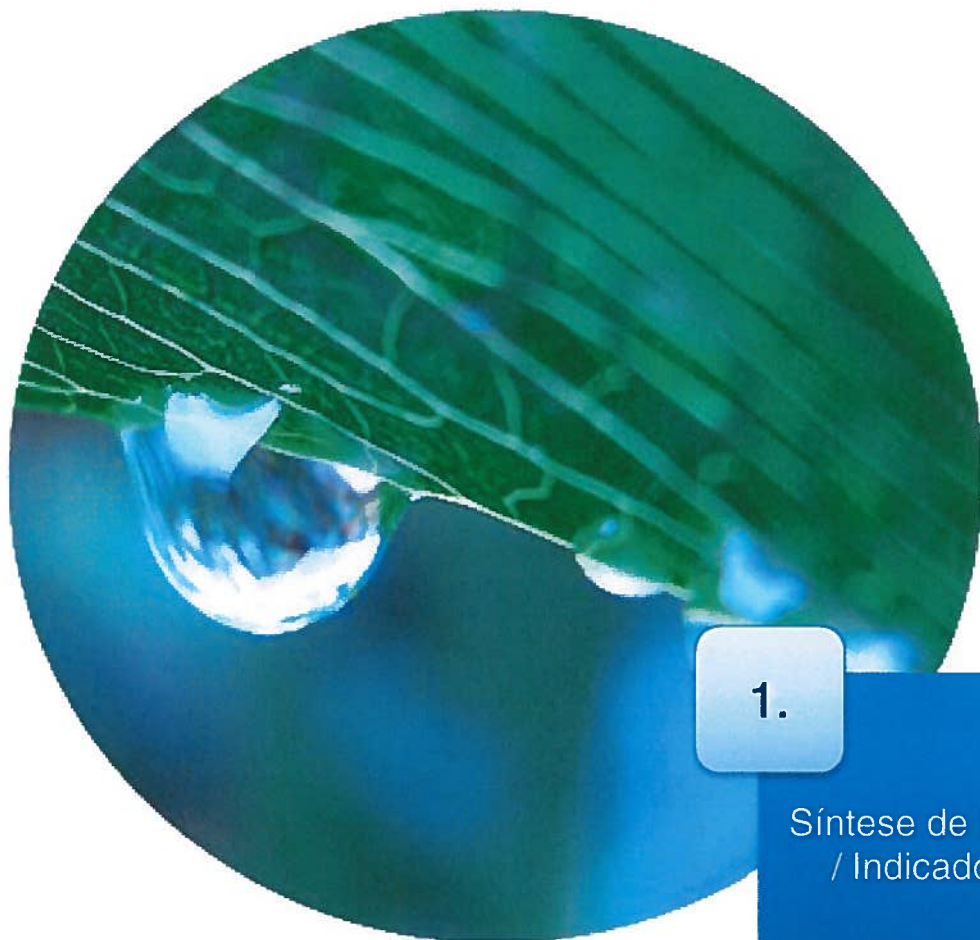
2014

Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores,
2. Mensagem do Presidente,
3. Apresentação da Empresa,
 - 3.1 Breve Historial,
 - 3.2 Estrutura Acionista,
 - 3.3 Órgãos Sociais,
4. Missão e Posicionamento Estratégico,
 - 4.1 Missão,
 - 4.2 Visão,
 - 4.3 Valores,
 - 4.4 Objetivos Estratégicos,
5. Síntese da actividade de 2014,
 - 5.1 Factos Relevantes,
 - 5.2 Envolvente Exterior,
 - 5.3 Estrutura Organizacional,
 - 5.4 Desempenho da Empresa,
 - 5.5 Análise Económica Financeira,
6. Perspetivas para o Futuro,
7. Considerações Finais,
8. Outras Informações,
9. Proposta de Aplicação de Resultados,
10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014 e Respetivo Anexo,
 - 10.1 Balanço,
 - 10.2 Demonstração dos Resultados,
 - 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa,
 - 10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais Próprios,
 - 10.5 Anexo
11. Relatório e parecer do Fiscal Único,
12. Certificação legal das contas,



Handwritten signature and initials in blue ink.



1.

Síntese de Dados
/ Indicadores

I. Síntese de Dados / Indicadores

R. G.

Indicadores			
Financeiros	2012	2013	2014
Capital Social (€)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Ativo Líquido Total (€)	24.262.056	23.634.524	22.795.935
Volume de Negócios (€)	7.848.227	7.686.397	7.178.799
Volume de Negócios / Cliente (€)	356	354	333
Resultado Antes de Impostos (€)	761.402	882.466	473.299
Resultado Líquido do Exercício (€)	488.898	639.758	318.750
EBITDA (€)	1.930.612	1.909.615	1.432.236
Recursos Humanos	2012	2013	2014
Número de Colaboradores a 31/12	32	33	32
Colaboradores / 1000 clientes	1,45	1,52	1,48
Volume de Negócios / Colaborador	245.257	232.921	224.337
Comerciais	2012	2013	2014
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	22.043	21.716	21.558
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18.510	18.328	18.323
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2.435.998	2.298.700	2.111.676
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1.813.125	1.679.846	1.601.246
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,4	0,2	0,2
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	28,5%	28,0%	29,1%
Técnicos	2012	2013	2014
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3.341.033	3.104.793	2.901.610
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	102.829	121.374	108.670
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18.167	18.167	18.167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	12	12

Handwritten signature and initials in blue ink.



2.

Mensagem do
Presidente

2. Mensagem do Presidente

A Águas de Alenquer encontra-se, uma vez mais, numa fase delicada da sua vida, com um conjunto de acontecimentos importantes a merecerem atenção.

Por um lado, a entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão (em Novembro de 2011) permitiu a melhoria dos principais indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções particulares alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se, no final de 2014, num desvio de 28,7% face ao contratualmente definido.

A redução de consumos e consumidores (menos 7,5% e menos 1,0%, face a 2013, respetivamente) tem uma forte repercussão nos resultados do ano, bem como na futura trajetória de vendas da concessionária. No ano 2014 verificou-se uma diminuição do Volume de Negócios de 507,6 mil euros (-6,6%) e um decréscimo do EBITDA de 477 mil euros (-25%).

Por outro lado, a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada no referido aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em Julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

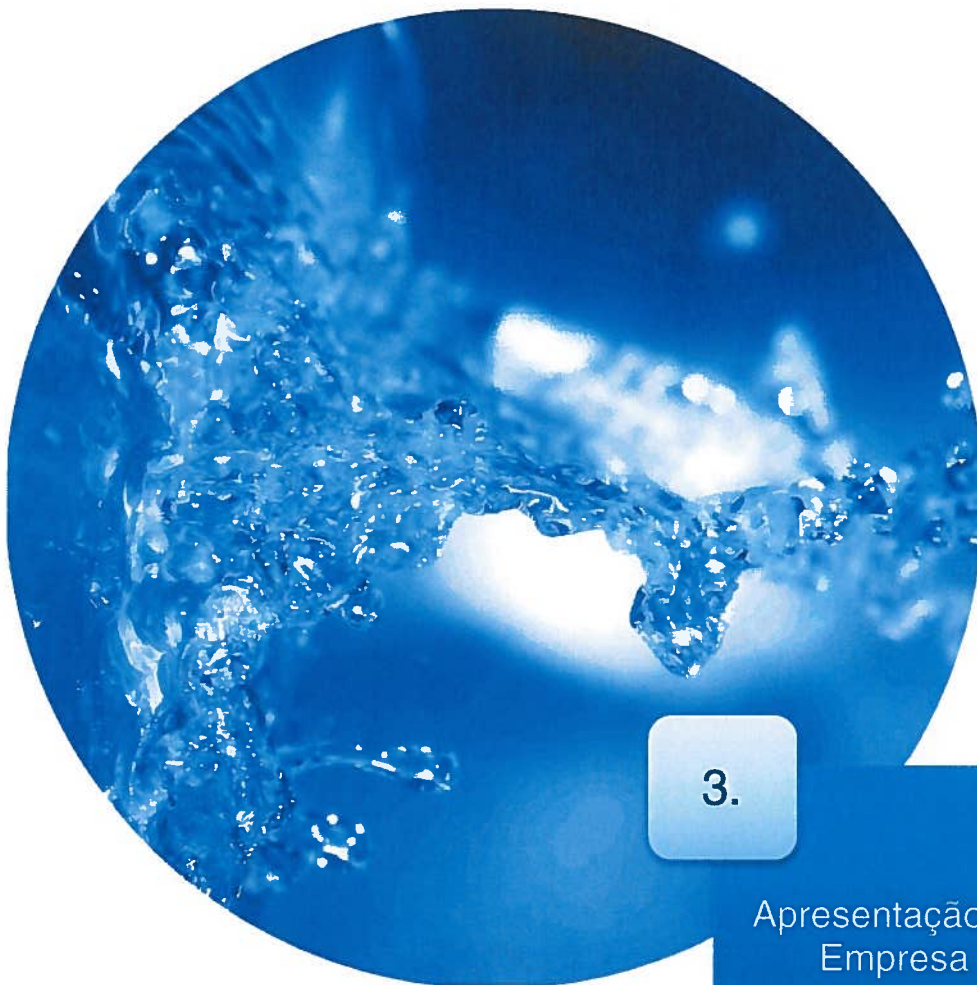
No sentido inverso, a renovação da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001 e a atribuição, em Novembro de 2014, e pelo segundo ano consecutivo, do Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano referente ao ano de 2013 e a entrega pela ERSAR/LNEC no Congresso Mundial da Água do Certificado de Participação no projeto *AWARE-P - Infrastructure Asset Management of Urban Water*, premiando “um excelente contributo para a gestão patrimonial de infraestruturas em entidades gestoras de serviços de águas”, (projeto distinguido pelo *Mulheim Water Award*), demonstra bem o esforço de melhoria contínua e de empenho num serviço de excelência por parte de toda a equipa da Águas de Alenquer.

A forte intenção da Águas do Oeste em dar início à faturação em “alta” do saneamento tendo por base valores reais, - podendo esta questão consubstanciar um aumento superior a 20% do custo anual de águas residuais cobradas pela AdO -, será seguramente um tema a acompanhar por parte da Águas de Alenquer em 2015. De facto a Águas de Alenquer tem-se oposto à alteração de metodologia por considerar que aquele custo não deve recair sobre os seus clientes.

Diogo Faria de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Handwritten signature and initials



3.

Apresentação da
Empresa

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'G' and other illegible marks.

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de Outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de Novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de Janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer, realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas, que passavam para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até Outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em Novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de Julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de Dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de Fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em Setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de Março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do Saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de Outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela segunda vez nos

três referenciais em Março de 2014, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão.

No dia 24 de Julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88^a do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em Janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de Novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de Janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não estão contemplados neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em Julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em Fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de Agosto.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos principais indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se, no final de 2014, num desvio de 28,7% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato.

Handwritten notes:
2.
D.L.
G
74.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

Quatro notas finais sobre a Concessão: i) a primeira relacionada com os problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionaram o regular abastecimento de água às freguesias de Santana da Carnota e Pereiro de Palhacana, bem como, fortes condicionalismos na gestão da restante rede de abastecimento de água afetada por este problema Apesar destes constrangimentos e da degradação da infraestrutura municipal, a Águas do Oeste mantém a posição de não alteração da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) por parte da Águas do Oeste; ii) o aumento das tarifas em alta, com aumentos consecutivos muito superiores à atualização prevista para o tarifário municipal; e iii) a anunciada reestruturação para o sector da água, com a fusão dos sistemas multimunicipais, que tarda em se concretizar e que poderia representar uma redução significativa de tarifas; iv) a forte intenção da Águas do Oeste em dar início à facturação em "alta" do saneamento tendo por base valores reais, podendo esta questão consubstanciar um aumento superior a 20% do total do caudal anual de água residual afluente à AdO, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/Alenquer
Pessoa Colectiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C. de Alenquer n.º:	02202/031023
Estrutura Accionista:	Participação:
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	40,0000%
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	20,0000%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Diogo Manuel Mena Faria De Oliveira

Vogais: Eng.º João Pedro Faria Feliciano

Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

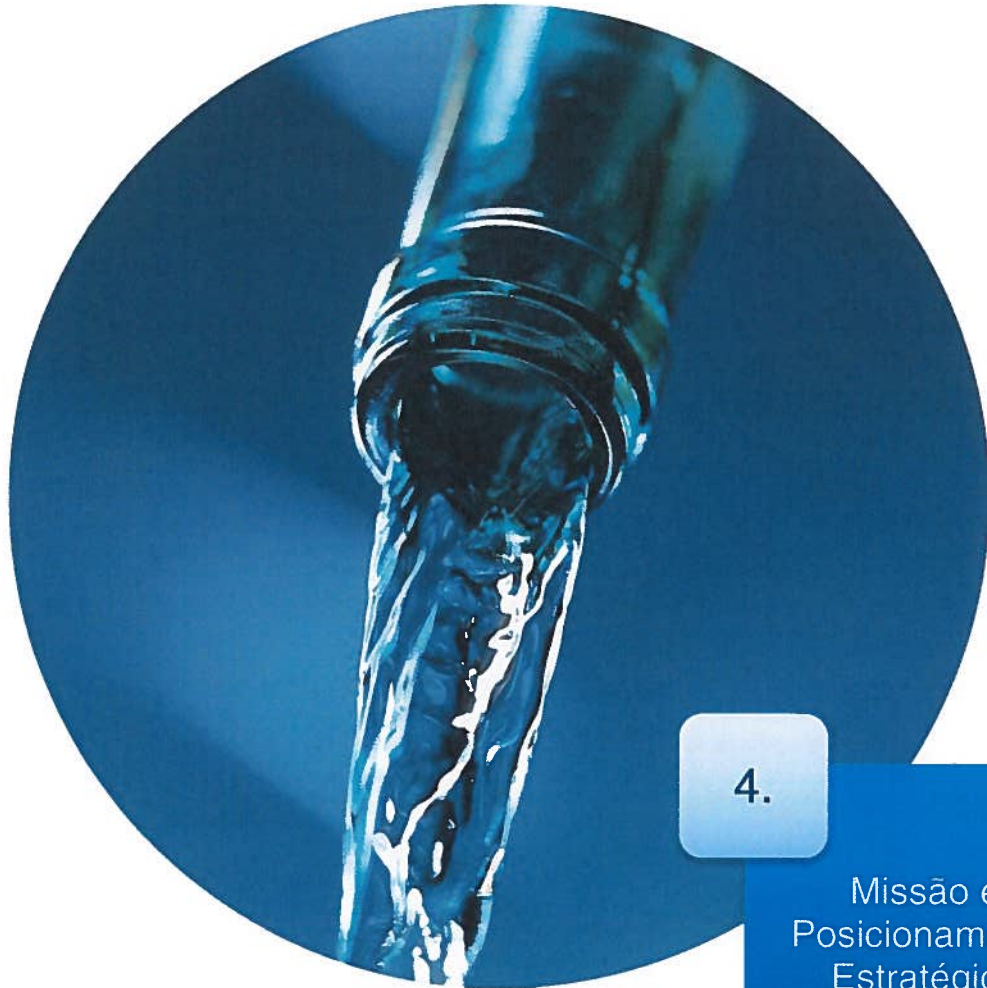
“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. João Carlos Miguel Alves (Suplente)

[Handwritten signature]



4.

Missão e
Posicionamento
Estratégico

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço. Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Handwritten notes:
D.
1.
6/7
11



5.

Síntese da
Atividade 2014

5. Síntese da atividade de 2014

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2014 com implicação no negócio e na situação global da empresa:

- Redução de consumos (-7,5%) e consumidores (-1,0%);
- Atualização negativa do tarifário em Junho de 2014 nos termos previstos no Contrato de Concessão (-1,0%) e contrária à atualização tarifária para 2014 da Águas do Oeste, S.A. (+0,8%);
- Atualização da tarifa de resíduos urbanos, com reflexo na fatura da Águas de Alenquer;
- Renovação da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede;
- Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI);
- Programa do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Programa de Gestão de Caudais Indevidos (GCI);
- Caracterização de efluentes de origem industrial em articulação com o Município e a Águas do Oeste;
- Não aprovação pelo MAOTE do modelo de medição de caudais de águas residuais proposto por Águas do Oeste para o município de Alenquer.

Com influência na atividade da empresa é ainda de destacar a apresentação por parte de Águas do Oeste da minuta de regulamento de exploração do serviço público de abastecimento de água e a apresentação aos municípios da reestruturação do setor com a integração do Sistema Multimunicipal do Oeste no Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

5.2 Envoltente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

O ano de 2014 ficou marcado por uma recuperação moderada do crescimento global, para o qual contribuiu a política monetária na área do euro, com sinais positivos extensíveis a todas as principais economias. A Zona Euro beneficiou da manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. A Euribor a 3 meses manteve-se estável no período, terminado o ano em torno de 0,08%.

Em Dezembro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05% e as taxas das facilidades de depósito e de cedência de liquidez em -0,20% e 0,30% respetivamente.

Até Dezembro de 2014 a Euribor 3M desceu 0,21 pontos percentuais e a Euribor 6M desceu 0,22 pontos percentuais face a Dezembro de 2013. A evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte, de acordo com a informação difundida pelo Banco de Portugal (valores no fim do período):

	2012	2013	2014
Euribor 1M	0,11%	0,22%	0,02%
Euribor 3M	0,19%	0,29%	0,08%
Euribor 6M	0,32%	0,39%	0,17%
Euribor 12M	0,54%	0,56%	0,33%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2014 o preço internacional do petróleo manteve a tendência de queda acentuada tendo registado uma redução de 39% face ao ano anterior, fixando-se nos 59,75 dólares/barril, consequência de políticas de eficiência energética e aumento significativo da produção por parte de países fora da OPEP (Estados Unidos e Canadá).

O preço do gasóleo rodoviário registou uma redução de cerca de 18% face a 2013, terminado o ano em 0,59 euros/litro.

Portugal

O ano de 2014 reflete a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

No terceiro trimestre de 2014, o PIB aumenta 1,1% em volume, face a 2013. O contributo positivo da procura interna foi de 1,9 p.p., refletindo sobretudo a evolução do investimento e do consumo privado, o qual superou o contributo negativo de -0,9 p.p., da procura externa líquida.

O consumo privado registou uma subida de 2,7% e o consumo público registou uma quebra de 0,1%, consequência de uma recuperação continuada da confiança dos consumidores em 2014 superior à média dos últimos anos.

Em 2014, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de -0,3%, -0,6 p.p. do que em 2013. A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em -0,2%, -0,6 p.p. do que em 2013. Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	Taxa de Variação Anual		
	2012	2013	2014
PIB*	(3,2%)	(1,4%)	1,1%
IPC	2,8%	0,3%	(0,3%)
IHPC	2,8%	0,4%	(0,2%)
Desemprego	15,7%	16,2%	14,0%
Consumo Privado*	(5,3%)	(1,4%)	2,7%
Consumo Público*	(4,7%)	(1,9%)	(0,1%)
Exportações*	3,2%	6,4%	2,9%
Importações*	(6,6%)	3,6%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados 3º Trim de 2014

A taxa média de desemprego em 2014 ascendeu a 13,9%, menos 2,3 p.p do que no período homólogo.

Relativamente ao comércio internacional, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verifica-se uma desaceleração das exportações e um crescimento das importações em relação ao ano anterior. Em

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Novembro as exportações registaram um crescimento real de 2,9% (6,4% em 2013) e as importações de 5,3% (3,6% em 2013).

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2012	2013	2014
Média Tensão	144	149	155
Baixa Tensão Especial	156	162	169
Baixa Tensão Normal	134	138	142

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

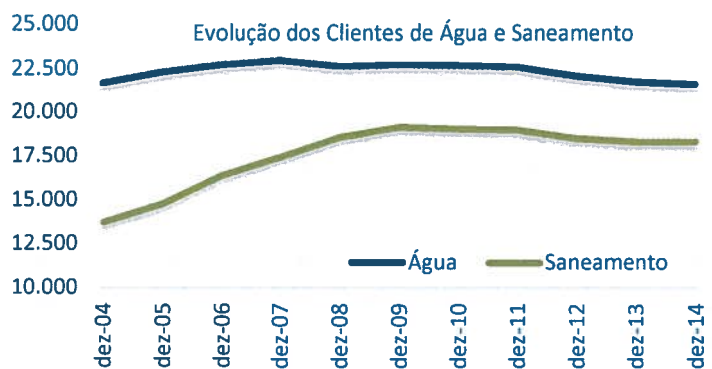
As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do Euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Este potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa é relativamente limitado. De facto, a desalavancagem dos setores públicos e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

5.2.2 Enquadramento Comercial

Cientes de água e saneamento

Em 2014 manteve-se a redução do número de clientes ativos verificada desde 2011. Esta tendência, preocupante, teve a sua maior expressão em 2012 mas tem-se mantido relativamente constante tendo a Concessão neste data um número de clientes ligeiramente inferior aos existentes no ano de arranque em 2004 (21630 vs 21558 utilizadores).



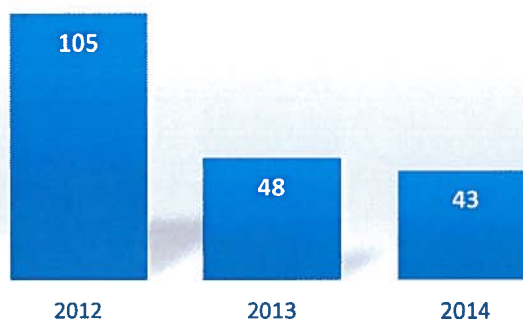
Para esta redução do número de cliente terá contribuído a evolução tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada *fatura da água*, a situação socioeconómica do país e do Município, com o conseqüente aumento do desemprego e a redução do poder de compra das famílias, e o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente. A redução do número de segundas habitações e a estagnação do mercado imobiliário terão potenciado também esta situação. Apesar da redução do número de clientes, mantém-se a distribuição relativa do número de clientes por freguesia: aproximadamente 50% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução

do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da degradação do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar que apesar da diminuição de clientes o peso relativo dos clientes de saneamento mantem-se estável (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações, 8 dias úteis, reduzindo assim o prazo de resposta aos utilizadores. Relativamente a 2013 verificou-se um decréscimo de 5 reclamações face ao ano anterior, verificando-se um mínimo histórico no número de reclamações rececionadas. Refira-se ainda que das 43 reclamações rececionadas nos serviços da Águas de Alenquer, cerca de 74% foram consideradas indeferidas.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2012-2014, com uma tendência de quebra do consumo médio mensal e quebra de novos contratos.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2012	2013	2014
Consumo Médio Mensal - (m ³ /cliente/mês)	9,21	8,82	8,16
Fatura Média Mensal - (€)	29,10	28,96	27,26
Novos Contratos - (un.)	581	379	255
Baixas de Contratos - (un.)	1.086	706	413
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	120	112	90

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores. Apesar das novas funcionalidades e do aumento de adesões à Loja Cliente, mantém-se uma baixa adesão à fatura eletrónica.

5.2.3 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2014, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,01 \times 10^6$ m³, sendo inferior em 6,7% (-216×10^3 m³) ao verificado em 2013. Do volume entrado no sistema, $2,90 \times 10^6$ m³ foram adquiridos à Águas do Oeste e os restantes 109×10^3 m³ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos.

R.
1-
2-
3-
4-
5-
6-
7-
8-
9-
10-
11-
12-
13-
14-
15-
16-
17-
18-
19-
20-
21-
22-
23-
24-
25-
26-
27-
28-
29-
30-
31-
32-
33-
34-
35-
36-
37-
38-
39-
40-
41-
42-
43-
44-
45-
46-
47-
48-
49-
50-
51-
52-
53-
54-
55-
56-
57-
58-
59-
60-
61-
62-
63-
64-
65-
66-
67-
68-
69-
70-
71-
72-
73-
74-
75-
76-
77-
78-
79-
80-
81-
82-
83-
84-
85-
86-
87-
88-
89-
90-
91-
92-
93-
94-
95-
96-
97-
98-
99-
100-

O volume de água faturado em 2014 foi de aproximadamente $2,11 \times 10^6 \text{ m}^3$, o que representa uma contração nos consumos de aproximadamente 7,5% face a 2013. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos representaram cerca de 70% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 16%, o comércio (36%) e a indústria (39%). O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representam no seu conjunto 0,9% dos consumos verificados.

Apesar dos fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, o foco na redução do volume de água perdida no sistema de abastecimento de água traduziu-se numa redução em 2014 face a 2013 de aproximadamente $26 \times 10^3 \text{ m}^3$ (-3%). Apesar da melhoria do desempenho no sistema, a quebra acentuada na venda de água em 2014 condicionou o rendimento da rede de abastecimento de água, degradando-se assim este indicador face ao ano anterior (70,9% em 2014 vs 72,0% em 2013). Para a redução do volume de água não faturada contribuíram as medidas de controlo e estabilização de pressões implementadas e a pesquisa ativa de fugas.

No ano de 2014 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 2.014 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado três violações paramétricas (0,1% da totalidade dos parâmetros analisados). As análises de confirmações efetuadas foram negativas.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 estações elevatórias.

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2014 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $1,60 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas do Oeste de $3,36 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às afluências indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados dada a coincidência dos eventos.

Neste âmbito, e com vista a minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, têm sido realizadas em articulação com o Município, campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas.

A faturação da Águas do Oeste foi realizada pelos caudais mínimos previstos no Contrato de Recolha, ou seja $2,31 \times 10^6 \text{ m}^3$.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 12 estações elevatórias de águas residuais.

O tratamento de efluentes foi integralmente assegurado pela Águas do Oeste, situação que se verifica desde Julho de 2005.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 344 intervenções de reparação de condutas, 231 reparações de ramais domiciliários e 187 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi. Todos os trabalhos foram realizados com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores, fortemente ampliada pelos problemas de calcário, garante uma idade média do parque de contadores de 6 anos.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 218 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2014, 131 desobstruções na rede de coletores e 67 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 101 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 624 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2014 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 42 projetos de redes prediais de moradias/edifícios e de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais de loteamentos, numa clara redução da atividade de construção no Município. Foram efetuados 38 orçamentos para ramais de água e 3 orçamentos para ramais de saneamento, com uma taxa de execução na ordem dos 73%. Para este facto terá contribuído as restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, que introduziram novas regras na reposição de pavimentos com reflexo no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2014 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas quatro novas zonas de controlo de pressões e caudal com vista à melhoria operacional da rede.

Quanto a matérias ambientais, é de referir quatro descargas de águas residuais por avaria. Esta descarga foi comunicada à ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P.) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de urgência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 14,6 kg de CO₂, compensando em cerca de 90% as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém). De referir que anualmente a AdA procura compensar a totalidade da energia consumida nas suas instalações. As condições de climatéricas verificadas em 2014 limitaram a capacidade de produção fotovoltaica, impedindo esse objetivo.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos com vista à Implementação de um Sistema de Gestão de Patrimonial de infraestruturas de acordo com o Grupo de Trabalho ERSAR/LNEC, a participação na Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha), ambos sob a orientação da AGS, e a implementação de um Plano de Gestão de Caudais Indevidos, sob a orientação da Aquapor.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large vertical line and several smaller scribbles.

5.2.4 Regulação

Em Março de 2014 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório de anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2013, e em Setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2014, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82ª e 83ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2014 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, é de destacar a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

Em Junho de 2014 foi constituída a Comissão de Acompanhamento da Concessão, conforme previsto no Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto, tendo sido celebrado um Protocolo com o Município para esse efeito. A Comissão reúne de forma ordinária trimestralmente, e de forma extraordinária sempre que convocada pelo seu Presidente.

O tarifário de 2014 foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 16 de Junho de 2014, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-004009/2014 de 23 de Maio de 2014.

O tarifário praticado em 2014 é apresentado nos quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

TARIFAS (base 30 dias)
Descrição

Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2013	2014
Domésticos	5,8957	5,8375
Não Domésticos		
Até 20 mm	6,0224	5,9628
20 mm a 30 mm	7,1173	7,0470
30 mm a 50 mm	27,3743	27,1037
50 mm a 100 mm	54,7485	54,2073
mais de 100 mm	98,5474	97,5731
Tarifa Social e Familiar	0,0000	0,0000

Tarifas de Venda de Água: (€/m ³)	2013	2014
Domésticos		
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,6353	0,6290
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	1,2562	1,2438
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0350	2,0149
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1921	3,1605

Tarifa Familiar	2013	2014

Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m³ por cada descendente além do 2.º filho

Tarifa Social	2013	2014
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,0000	0,0000
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	0,6353	0,6290
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0350	2,0149
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1921	3,1605

Não Domésticos	2013	2014
Escalão Único	2,0350	2,0149

Autarquia e Juntas de Freguesia	2013	2014
Escalão Único	1,2562	1,2438

Tarifa Fixa de Saneamento: (€)	100% Tarifa Fixa de Abastecimento
--------------------------------	-----------------------------------

Tarifa Variável de Saneamento: (€/m ³)	90% Tarifa de venda de Água
--	-----------------------------

* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

** Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

Tarifas por Outros Serviços

Abastecimento de Água: (€)	2013	2014
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	101,0877	100,0883
Ligação à rede de distribuição de água	59,2945	58,7083
Tarifa de aferição de contador se solicitada	101,0877	100,0883
Restabelecimento de ligação de água	53,9164	53,3833
Verificação extraordinária de contadores	26,9582	26,6917

Saneamento: (€)	2013	2014
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,7762	31,4621
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,7217	76,9533
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	88,5877	87,7118
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m ³)	96,6521	95,6966

Generais: (€)	2013	2014
Pedido de informação sobre o sistema público	16,4245	16,2622
Pedido de Orçamento	27,3743	27,1037
Taxa de deslocação	26,6188	26,3556
Análise de projectos	167,2723	165,6186
Outros serviços não especificados*	20%	20%

Ramais Domiciliários**

Abastecimento de Água: (€)	2013	2014
Valor Fixo (€):		
até 1"	438,6895	434,3524
1 1/4"	449,4858	445,0420
1 1/2"	626,3017	620,1099
2"	699,3035	692,3899
maior que 2"	867,9292	859,3484

Valor Variável (€/metro)	2013	2014
até 1"	68,5671	67,8892
1 1/4"	69,2351	68,5506
1 1/2"	69,2351	68,5506
2"	70,1877	69,4938
maior que 2"	70,1877	69,4938

Saneamento: (€)	2013	2014
Valor Fixo (€):		
até 140mm	917,8708	908,7964
maior que 140mm	971,8638	962,2556

Valor Variável (€/metro)	2013	2014
até 140mm	93,1383	92,2175
maior que 140mm	99,8833	98,8958

Durante o mês de Setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2015, tendo merecido a sua aprovação em "alta" e em "baixa". O Plano aprovado para o ano de 2014 foi cumprido na íntegra.

A Águas de Alenquer foi auditada pela Entidade Reguladora durante o mês de Junho no âmbito da avaliação anual da qualidade do serviço prestado aos utilizadores e durante o mês de Dezembro aos procedimentos de monitorização e acompanhamento do Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado.

Handwritten notes and signatures in blue ink.

De salientar a atribuição em Novembro de 2014 e pelo segundo ano consecutivo do Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano referente ao ano de 2013 e a entrega pela ERSAR/LNEC no Congresso Mundial da Água do Certificado de Participação no projeto *AWARE-P - Infrastructure Asset Management of Urban Water*, premiando “um excelente contributo para a gestão patrimonial de infraestruturas em entidades gestoras de serviços de águas”, projeto distinguidos pelo *Mulheim Water Award*.

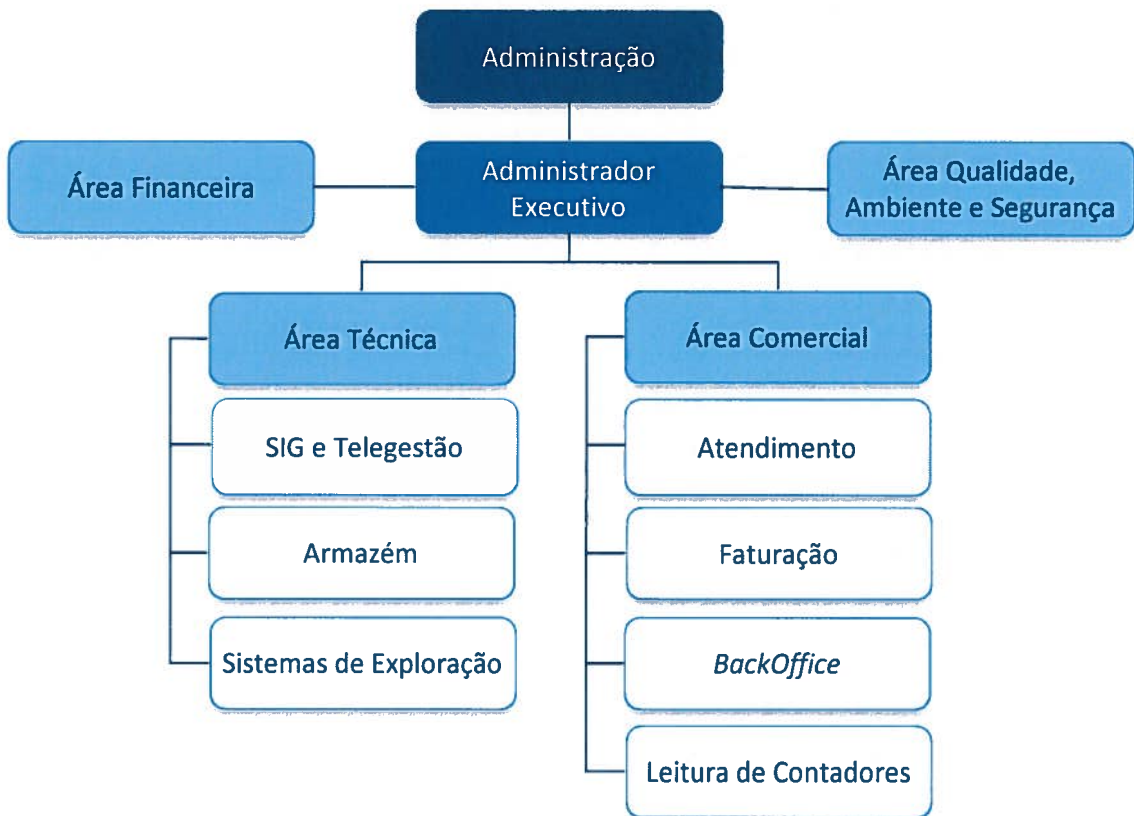


De referir ainda em 2014 a nomeação da Águas de Alenquer para Prémios de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos no tema “Qualidade de serviço de saneamento de águas residuais urbanas”.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



5.3.2 Formação

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 39 horas de formação por colaborador.

Formação 2014	N.º de Horas
Ação de Sensibilização (Qualidade, ambiente e segurança)	38
Aquamatrix - Mobilidade de serviços	5
Aquamatrix - Cauções	5
Blueprint - Protecção de recursos hídricos da Europa Perspectivas para Portugal	16
Certificado de Aptidão para Motorista (CAM)	130
Controlo de perdas de água em sistemas de abastecimento	25
Cuidados básicos de saúde	50
Deteção de fugas de água	30
Eficiência e qualidade dos serviços - Como acrescentar valor com os SI	8
Gestão de Caudais Indevidos	33
Instalação de medidor de caudal de saneamento (marca Nivus)	12
Intrum Justitia - Formação acesso online	8
iPerdas Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas	413
Isomag	13
IWA - World Water Exhibition	28
Operadores de Retroescavadoras	80
Passaporte de segurança	42
Processos de oxidação e desinfecção da água para consumo humano e aplicação do regulamento de biocidas	7
Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas	48
Ruído no posto de trabalho	11
Segurança em obra	39
Segurança no trabalho - condução e sinalização	9
Simulacro de emergência - incêndio	30
Sinalética de Movimentação Aérea de Cargas	56
Técnicas de inspeção e diagnóstico de condutas e coletores	25
WorkWISE 2.0	70
Xperience Efficiency	8
	1.239

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 32 colaboradores, dos quais 3 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 6 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 78% e mulheres 22%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 66% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2012	2013	2014
20 - 24	3	5	0
25 - 29	7	5	6
30 - 34	6	7	10
35 - 39	5	4	4
40 - 44	5	5	5
45 - 49	2	3	2
50 - 54	0	0	2
mais de 55	4	4	3
	32	33	32

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores			
	2011	2012	2013	2014
Ensino Superior	3	4	5	5
Bacharelato	1	1	1	1
12.º Ano	16	16	15	15
10.º Ano	1	1	2	2
Ensino Básico	10	10	10	9
	31	32	33	32

Descrição	2014		2013		2012	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	33	54.488	32	55.643	32	55.643
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	32	54.488	32	55.643	32	55.643
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	32	0	32	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	32	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	32	0	32	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	32	54.488	32	55.643	32	55.643
Homens	25	42.632	26	45.210	26	45.210
Mulheres	7	11.856	6	10.433	6	10.433
Pessoal ao serviço da empresa das quais	1	1.651	2	3.478	2	3.478
Pessoal ao serviço da empresa afectas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	1	1.651	2	3.478	2	3.478
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2014 verificaram-se dois acidentes de trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

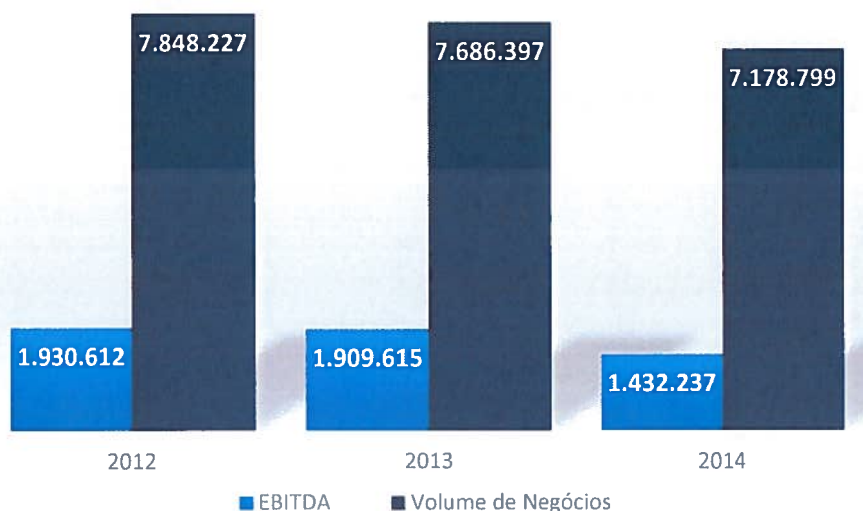
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2014 verificou-se um decréscimo do EBITDA de 477.379 € (-25%) para o qual contribuiu fortemente a diminuição do Volume de Negócios em 507.598 mil Euros (-6,6%), resultante da retração generalizada de consumos verificada no decorrer do ano, situação que se tem agravado nos últimos anos.

Variação EBITDA / Volume de Negócios



	2012	2013	2014	Var. 13/14
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	24.262.056	23.634.524	22.795.935	-3,5%
Capitais Próprios	3.887.319	4.527.077	4.845.827	7,0%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	-
Passivo Remunerado	7.627.576	6.416.463	5.168.147	-19,5%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,66</i>	<i>0,59</i>	<i>0,52</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>1,96</i>	<i>1,42</i>	<i>1,07</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>16,02%</i>	<i>19,15%</i>	<i>21,26%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	8.122.574	8.097.395	7.529.024	-7,0%
EBITDA	1.930.612	1.909.615	1.432.236	-25,0%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>23,77%</i>	<i>23,58%</i>	<i>19,02%</i>	<i>-19,3%</i>
EBIT	1.069.636	1.098.345	667.215	-39,3%
<i>Margem EBIT</i>	<i>13,17%</i>	<i>13,56%</i>	<i>8,86%</i>	<i>-34,7%</i>
Res. Financeiro	-308.234	-215.879	-193.916	-10,2%
Res. Líquido	488.898	639.758	318.750	-50,2%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Cap Próprios/ At. Líq. Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 5.961.178 Euros, representando um decréscimo de 2,3% face ao período homólogo.

No global, verificou-se um decréscimo de Gastos Operacionais no valor de 137.241 Euros, decréscimo de 2,0% face ao ano anterior.

Gastos Operacionais	2012	2013	2014	Peso	Var. 13/14
	euros	euros	euros	%	%
CMVMC	2.237.032	2.109.031	1.980.549	28,9%	-6,1%
SubContratos	1.800.938	2.002.622	1.945.391	28,4%	-2,9%
Energia	197.593	186.092	184.411	2,7%	-0,9%
Trab. Espec.	749.766	700.695	704.742	10,3%	0,6%
Outros	518.075	526.215	544.087	7,9%	3,4%
Pessoal	588.561	573.855	601.998	8,8%	4,9%
SubTotal	6.091.964	6.098.510	5.961.178	86,9%	-2,3%
Gastos de depreciação e de amortização	860.976	811.270	765.021	11,1%	-5,7%
Perdas por imparidade	99.998	89.270	135.609	2,0%	51,9%
Total	7.052.938	6.999.050	6.861.809	100,0%	-2,0%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Oeste representa 57% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



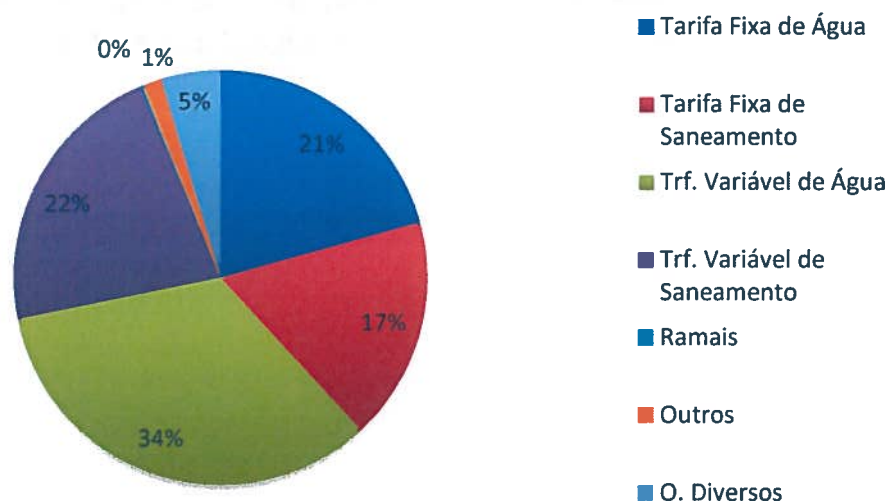
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2014, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 7.529.024 Euros, representando um decréscimo de 551.154 Euros em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2014 verificou-se uma diminuição do Volume de Negócios de 507.598 mil Euros (-6,6%), resultante da retração generalizada de consumos verificada no decorrer do ano.

Rendimentos Operacionais	2012	2013	2014	Peso	Var. 13/14
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
Tarifa Fixa	2.850.447	2.872.240	2.869.270	38,1%	-0,1%
Tarifa Fixa de Água	1.559.890	1.562.109	1.556.167	20,7%	-0,4%
Tarifa Fixa de Saneamento	1.290.558	1.310.131	1.313.103	17,4%	0,2%
Tarifa Volumétrica	4.846.781	4.675.663	4.181.805	55,5%	-10,6%
Trf. Variável de Água	2.987.614	2.935.433	2.535.469	33,7%	-13,6%
Trf. Variável de Saneamento	1.859.167	1.740.231	1.646.336	21,9%	-5,4%
Outros serviços	150.999	138.493	127.724	1,7%	-7,8%
Ramais	40.343	15.522	9.443	0,1%	-39,2%
Outros	110.656	122.971	118.281	1,6%	-3,8%
O. Diversos	274.347	410.998	350.225	4,7%	-14,8%
Total	8.122.574	8.097.395	7.529.024	100,0%	-7,0%

Rendimentos Operacionais



5.5.2 Análise do Balanço

	2012	2013	2014	Var. 13/14
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
Ativo				
Ativo não corrente	19.335.019	18.717.453	18.079.863	-3%
Ativo corrente	4.927.037	4.917.071	4.716.072	-4%
Inventários	68.608	66.875	66.883	0%
Divida de Terceiros	3.824.325	3.937.255	3.782.160	-4%
Diferimentos	15.128	15.424	15.333	-1%
Caixa e depósitos bancários	1.018.976	897.518	851.696	-5%
Total	24.262.056	23.634.524	22.795.935	-4%
Capital Próprio	3.887.319	4.527.077	4.845.827	7%
Passivo	20.374.737	19.107.446	17.950.108	-6%
Passivo não corrente	10.329.834	8.755.717	7.375.045	-16%
Passivo corrente	10.044.902	10.351.729	10.575.063	2%
Total	24.262.056	23.634.524	22.795.935	-4%

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2014 os 22.795.935 Euros.

O Passivo total registou um decréscimo de 6% atingindo os 17.950.108 Euros, variação justificada pela diminuição de -16% no Passivo Não Corrente, efeito da redução do financiamento bancário a médio longo prazo, amortização de capital no valor de 1.230.000 Euros em 2014. Por outro lado, os Capitais Próprios cresceram 7% atingindo 4.845.827 Euros efeito do resultado líquido do exercício.

5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2012	2013	2014	Var. 13/14
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	306.170	256.591	219.098	-15%
Ativos Intangíveis	18.966.078	18.408.278	17.796.619	-3%
Ativos por impostos diferidos	62.771	52.583	64.056	22%

	2012	2013	2014	Var. 13/14
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Prestações Acessórias	2.690.000	2.690.000	2.690.000	0%
Suprimentos	175.000	175.000	175.000	0%
Financiamento Bancário CP	1.230.000	1.230.000	1.230.000	0%
Financiamento Bancário MLP	6.150.000	4.920.000	3.690.000	-25%
Total	11.745.000	10.515.000	9.285.000	-12%
Caixa e depósitos bancários	1.018.976	897.518	851.696	-5%
Dívida Líquida	10.726.024	9.617.482	8.433.304	-12%

Financeiro	2012	2013	2014	Var. 13/14
	Euros	Euros	Euros	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Ativo Líquido	24.262.056	23.634.524	22.795.935	-4%
Ativos por impostos diferidos	62.771	52.583	64.056	22%
Volume de Negócios (€)	7.848.227	7.686.397	7.178.799	-7%
Volume de Negócios / Cliente (€)	356	354	333	-6%
Resultado Antes de Impostos (€)	761.402	882.466	473.299	-46%
Resultado Líquido do Exercício (€)	488.898	639.758	318.750	-50%
EBITDA (€)	1.930.612	1.909.615	1.432.236	-25%

Rácios		2012	2013	2014
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,126	0,141	0,066
	Rentabilidade das Vendas	0,062	0,083	0,044
	Rentabilidade do Ativo	0,044	0,046	0,029
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,662	0,586	0,516
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,160	0,192	0,213
	Solvabilidade	0,191	0,237	0,270
	Estrutura de Capitais	5,241	4,221	3,704
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,491	0,475	0,446
	Liquidez reduzida	0,482	0,467	0,438
	Liquidez imediata	0,101	0,087	0,081

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and a vertical line.

5.5.4 Principais Investimentos

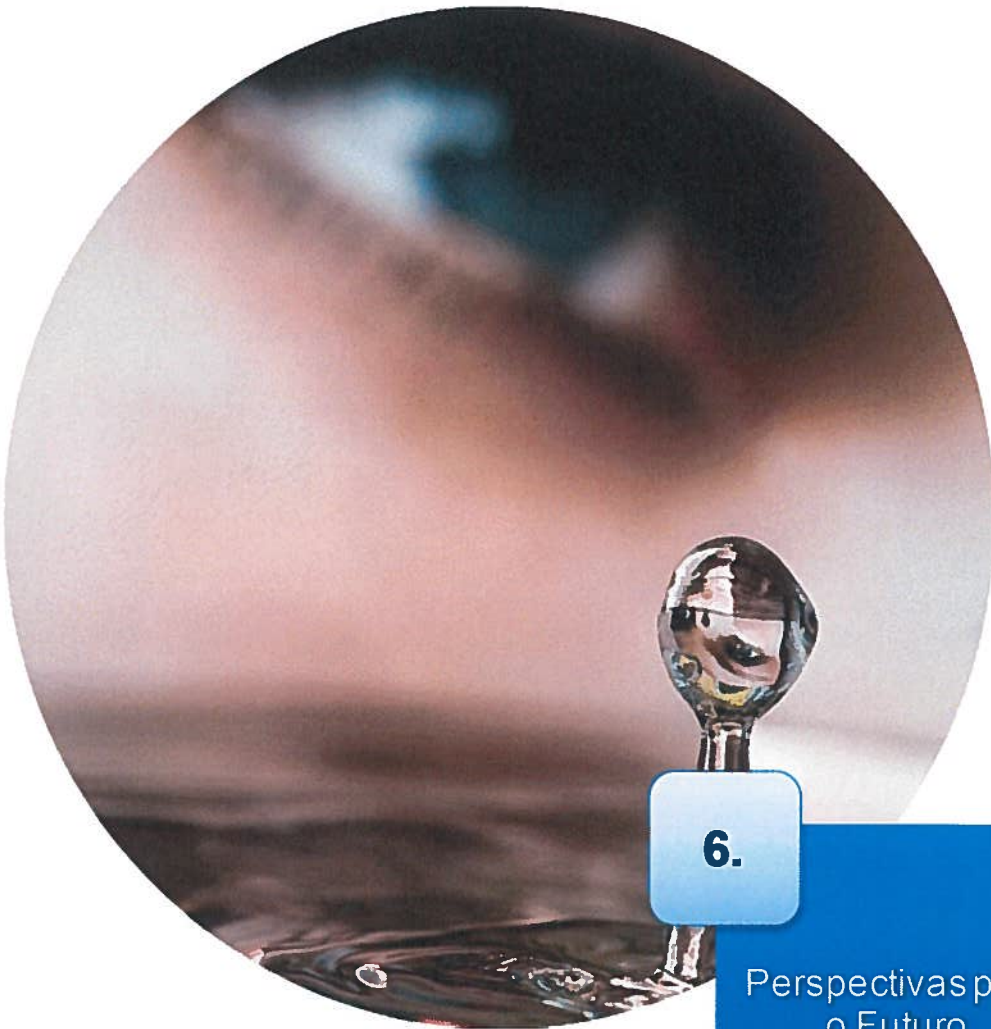
No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água.

Em 2014 a Águas de Alenquer investiu 115.868 € relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de quatro novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em dez ZMC;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água;
- Execução de novas válvulas de seccionamento;
- Remodelação e beneficiação do sistema de telegestão;
- Renovação do Parque de Contadores;
- Substituição de válvulas e ventosas;
- Aquisição de equipamento operacional para águas residuais;
- Beneficiação de estações elevatórias de água e de águas residuais.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



6.

Perspectivas para
o Futuro

6. Perspetivas para o Futuro

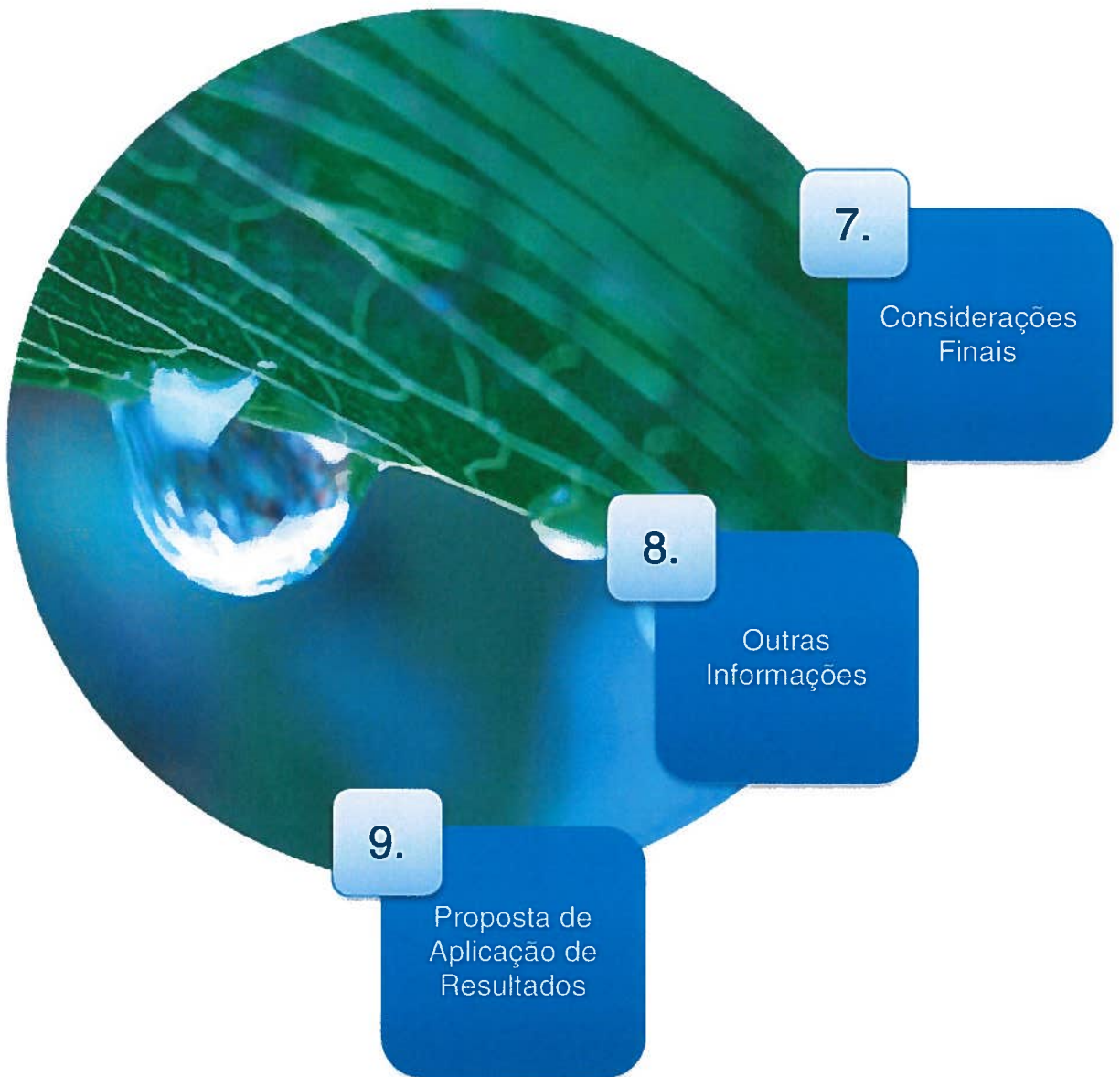
A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal Águas do Oeste quanto à:
 - Decisão relativa ao processo judicial em curso;
 - Aplicação dos regulamentos de exploração;
 - Revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira do Sistema Multimunicipal do Oeste com a anunciada fusão dos sistemas de Lisboa e Vale do Tejo;
 - Evolução das tarifas do Sistema Multimunicipal e aplicação de caudais reais e/ou mínimos garantidos;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos devido à conjuntura económico-financeira;
- Finalização do processo associado às incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e alteração da origem de água;
- Efeito das afluências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais.

[Handwritten signature]



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some scribbles.

7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

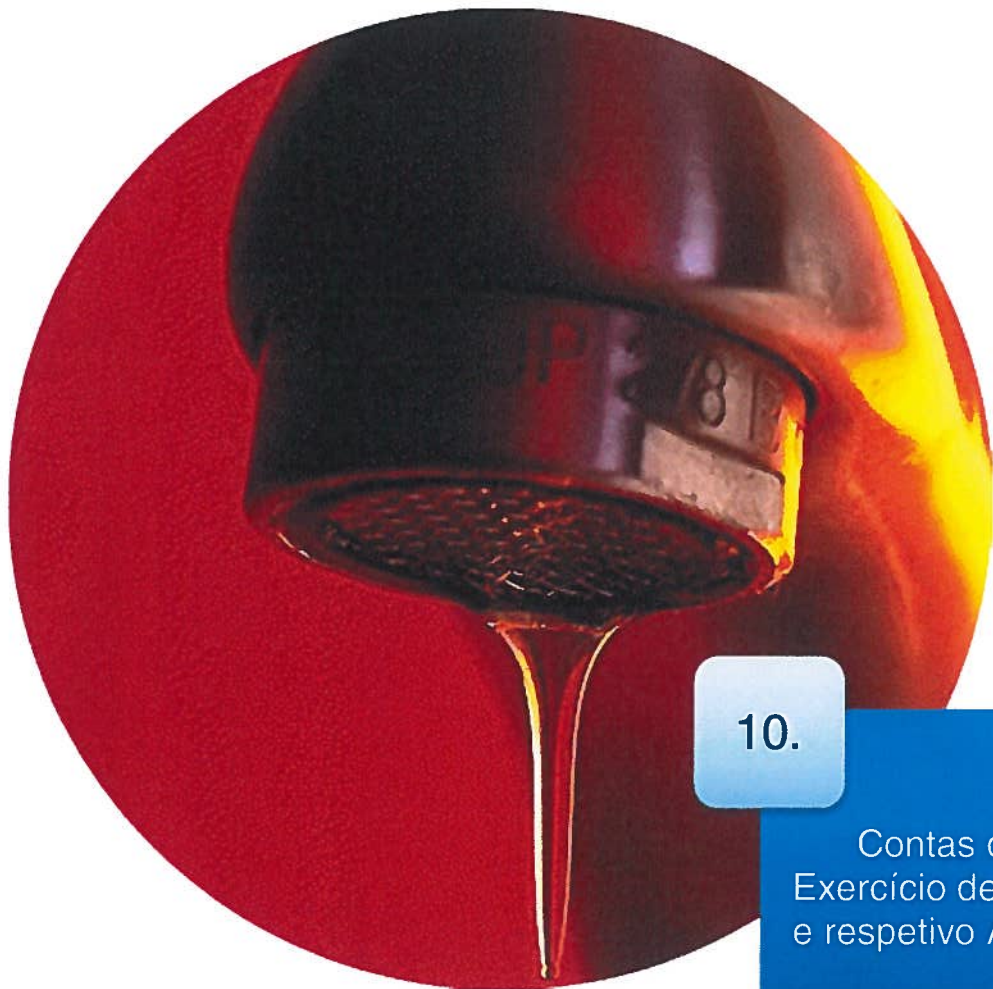
8. Outras Informações

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2014;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2014;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2014, positivo no valor de 318.750 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 15.938 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.

[Handwritten signature]



10.

Contas do
Exercício de 2014
e respetivo Anexo

6

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA
Balanço em 31 de Dezembro de 2014

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	219.098	256.591
Ativos intangíveis	7	17.796.619	18.408.278
Outros Ativos Financeiros		90	0
Ativos por impostos diferidos	14	64.056	52.583
Total de Ativos não Correntes		18.079.863	18.717.453
Corrente			
Inventários	9	66.883	66.875
Cientes	15	2.312.114	2.467.926
Estado e outros entes públicos	18	118.306	104.209
Outras contas a receber	15	1.351.740	1.365.120
Diferimentos	18	15.333	15.424
Caixa e depósitos bancários	4	851.696	897.518
Total de Ativos Correntes		4.716.072	4.917.071
Total do Ativo		22.795.935	23.634.524
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	3	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	3	2.690.000	2.690.000
Reservas legais	3	57.606	25.619
Resultados transitados	3	279.471	-328.299
Resultado líquido do período		318.750	639.758
Capital próprio atribuível ao grupo		4.845.827	4.527.077
Total do Capital próprio		4.845.827	4.527.077
Passivo			
Não corrente			
Provisões	12	3.155.830	3.203.243
Financiamento Obtidos	15	3.927.689	5.154.550
Passivos por impostos diferidos	14	0	88.898
Outras contas a pagar	15	291.526	309.026
Total do Passivo não Corrente		7.375.045	8.755.717
Corrente			
Financiamento Obtidos	15	1.240.458	1.261.913
Fornecedores	15	8.627.225	7.775.248
Estado e outros entes públicos	18	113.765	398.567
Outras contas a pagar	15	593.616	916.002
Total do Passivo Corrente		10.575.063	10.351.729
Total do Passivo		17.950.108	19.107.446
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		22.795.935	23.634.524

João Paulo de Almeida *Arturo Barbosa de Sousa*

Sérgio M. Malino

Arturo Barbosa de Sousa

10.2 Demonstração dos Resultados

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA
 Demonstração dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	7.178.799	7.686.397
Trabalhos para a própria entidade	10	70.443	146.031
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.980.549	-2.109.031
Fornecimentos e serviços externos	18	-3.328.210	-3.383.592
Gastos com o pessoal	18	-601.998	-573.855
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-135.609	-89.270
Provisões (aumentos/reversões)	12	47.412	60.699
Outros rendimentos e ganhos	18	232.370	204.268
Outros gastos e perdas	18	-50.422	-32.033
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.432.236	1.909.615
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-765.021	-811.270
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		667.215	1.098.345
Juros e rendimentos similares obtidos	18	8.131	27.621
Juros e gastos similares suportados	18	-202.047	-243.500
Resultado antes de impostos		473.299	882.466
Imposto sobre o rendimento do período	14	-154.549	-242.708
Resultado líquido do período		318.750	639.758
Resultado por Ação Básico		1,06	2,13

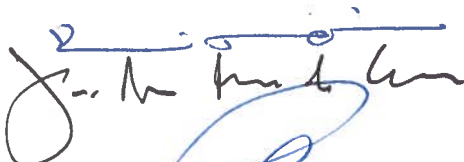
2015
João Manuel de Sousa
Arturo Gonçalves da Silva

Sérgio M. S. Malino
 SÉRGIO M. S. MALINO
 T. O. C. 25368
 Contrib. N.º 194 191 052

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA
 Demonstração de Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		8.813.740	8.706.813
Pagamentos a fornecedores		-5.014.383	-6.255.952
Pagamentos ao pessoal		-317.933	-306.887
Caixa gerada pelas operações		3.481.424	2.143.974
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-555.376	-151.418
Outros recebimentos/pagamentos		-1.272.915	-185.069
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.653.134	1.807.487
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-323.304	-518.183
		-323.304	-518.183
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-323.304	-518.183
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.230.000	-1.230.000
Amortização Contratos Locação Financeira		-18.782	-17.847
Juros e gastos similares		-111.870	-137.915
		-1.360.652	-1.385.763
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.360.652	-1.385.763
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-30.822	-96.458
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		192.518	288.976
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	161.696	192.518




ALMO BARCELOA



SÉRGIO M. S. MALINO
 T. O. C. 25368
 Contrib. N.º 194 131 052

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: ADA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Capital Próprio						Resultado Líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1.500.000	2.690.000	25.619		0	-328.299	639.758	4.527.077	4.527.077
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da Reserva legal			31.988				-31.988	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						607.770	-607.770	0	0
			31.988		0	607.770	-639.758	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							318.750	318.750	318.750
RESULTADO INTEGRAL							318.750	318.750	318.750
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	1.500.000	2.690.000	57.606	0	0	279.471	318.750	4.845.827	4.845.827

Paulo Barbosa do LS

Relatório e Contas 2014
18 Março 2015

Sérgio M. S. Malino

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191 052

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2013

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1.500.000	2.690.000	1.174		0	-792.753	488.898	3.887.319
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva legal			24.445				-24.445	0
Transfêrência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						464.453	-464.453	0
			24.445		0	464.453	-488.898	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							639.758	639.758
RESULTADO INTEGRAL							639.758	639.758
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	1.500.000	2.690.000	25.619	0	0	-328.299	639.758	4.527.077

Relatório e Contas 2014
18 Março 2015

Sérgio M. S. Malino
SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 2.5368
Contrib. N.º 194 191 052

Anexo

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2014.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Locações
17. Divulgações exigidas por diplomas legais
18. Outras informações

1. Identificação da entidade

1.1 *Designação da sociedade*

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de Outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

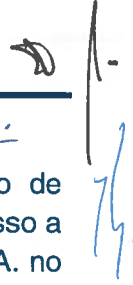
A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em Janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após Janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

De referir ainda que contra a Águas de Alenquer existem dois processos de injunção levantados pela Águas do Oeste, S.A.: i) Em 26/11/2008 pelo valor de 50.806,84 € relativo ao não pagamento de nota de débito relacionada com o acerto retroativo da tarifa do sistema multimunicipal no ano de 2008. A Águas de Alenquer apresentou oposição, estando o processo a correr no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa; ii) Em 26/09/2011 pelo valor de



3.638.446,27 € relativo ao atraso no pagamento da faturação corrente pelo serviço de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais. Sobre este processo a Águas de Alenquer levantou um processo de reconvenção contra a Águas do Oeste, S.A. no valor de 5.751.454,08 € por custos incorridos e prejuízos sofridos motivados pelo problema das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água (Zona I) com origem no Ponto de Entrega da Águas do Oeste Alenquer III e motivados pelas características da água fornecida nessa origem. Estes processos encontram-se em apreciação pelo Tribunal, tendo sido convertidos numa ação administrativa comum, tendo sido os valores reclamados pelas partes atualizados: valor da ação interposta pela Águas do Oeste € 3.646.612,34; valor da reconvenção pela Águas de Alenquer € 8.424.722,06.

O valor da faturação corrente e juros de mora associados até à data de apresentação da injunção encontram-se registados. A Nota de Débito relacionada com o acerto retroativo da tarifa não foi aceite pela Águas de Alenquer.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.2 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas do Oeste o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos

tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.3 Designação da empresa-mãe

A 31 de Dezembro de 2014, as pessoas colectivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (40,0%), com sede em Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2014_2013
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2014	2013	2012
Água	3,41%	3,52%	3,55%
Saneamento	3,64%	3,63%	3,73%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 23%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de Janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de Janeiro de 2012, será limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2014.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Oeste, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outras Contas a Receber

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;

- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j.3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Outras Contas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

p) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

q) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referente a elaboração dos bens reversíveis.

r) Custo das Existências Vendidas e Consumidas

O CEVC encontra-se mensurado ao custo.

s) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

t) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Provisões

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição.

v) Outros Rendimentos e Ganhos

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste.

w) Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

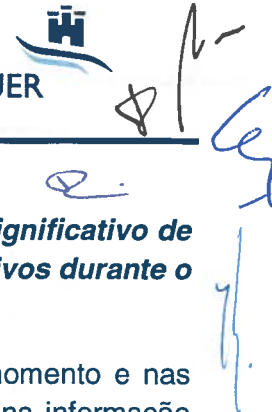
A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.



3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	1.613	19.266
Depósitos à ordem	<u>160.083</u>	<u>173.252</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>161.696</u>	<u>192.518</u>
Depósitos a prazo	<u>690.000</u>	<u>705.000</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>851.696</u>	<u>897.518</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, existem restrições de utilização e não se destinam a satisfazer compromissos de curto prazo.

As restrições de utilização estão relacionadas com o estipulado no ponto 2 do apêndice III do Contrato de Abertura e Movimentação de Contas (Anexo XIII do Contrato de Financiamento).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2014, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (40,0%)
Sede: Lagoas Park, Edifício 6 - Piso 0A, Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)
Sede: Estrada do Tojal, Km1, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 79.281 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:



[Handwritten signature and initials]

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

[Handwritten signature]

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Contas a Receber	Contas a Pagar
Ags	2014	-	164.536	-	1.098.016
	2013	-	131.575	-	1.084.774
Aquapor	2014	-	260.169	605	1.022.145
	2013	-	240.554	-	891.434
Ecobrejo	2014	-	30.000	-	267.138
	2013	-	30.000	-	229.610
Luságua	2014	-	236.077	-	360.941
	2013	-	261.161	-	256.405
Pragosa Ambiente	2014	89	139.101	229	140.453
	2013	273	141.355	406	87.757
Construções Pragosa	2014	-	-	2.884	-
	2013	-	-	-	199.594

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e

- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.12	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2013	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014
Custo											
Direito da Concessão	22.400.002	129.412				22.529.414	52.579				22.581.993
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	139.303	4.200				143.503					143.503
	22.541.005	133.612	0	0	0	22.674.618	52.759	0	0	0	22.727.196
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	3.443.987	686.570				4.130.557	659.446				4.790.003
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	129.240	4.843				134.083	4.792				138.875
	3.574.927	691.412				4.266.339	664.238				4.930.577
	18.966.078	-557.800	0	0	0	18.408.278	-611.660	0	0	0	17.796.619

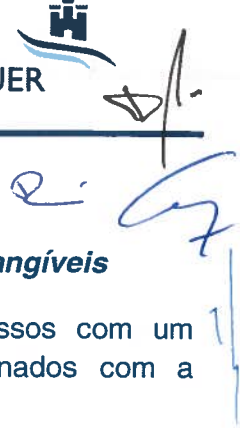
A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.



7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.



	31.12.2012	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2013	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014
Custo											
Edifícios e Outras Construções	133.400					133.400					133.400
Equipamento Básico	576.802	22.678				599.480	23.243				622.723
Equipamento Transporte	95.636	2.427				98.063					98.063
Equipamento Administrativo	151.572	5.483				157.055	3.738				160.793
Outros Activos Fixos Tangíveis	165.923	37.771				203.693	36.309				240.002
	1.123.333	68.358	0	0	0	1.191.691	63.289	0	0	0	1.254.981
Amortizações											
Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	108.438	11.927				120.365	3.808				124.173
Equipamento Básico	427.156	50.737				477.893	40.369				518.262
Equipamento Transporte	50.134	15.253				65.388	15.825				81.213
Equipamento Administrativo	140.132	5.401				145.533	3.971				149.504
Outros Activos Fixos Tangíveis	91.302	34.619				125.921	36.810				162.732
	817.163	117.937	0	0	0	935.100	100.783	0	0	0	1.035.883
	306.170	-49.578	0	0	0	256.591	-37.494	0	0	0	219.098

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2014	2013
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	16.390	15.119
Material Hidráulico Diverso	50.493	51.756
	<u>66.883</u>	<u>66.875</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período*

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

<u>Inventários</u>	<u>Matérias-primas</u>	<u>Mat. Sub. e de Consumo</u>	<u>Total</u>
Existências em 01-01-2013	0	-68.608	-68.608
Compras	-1.998.802	-108.496	-2.107.298
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2013	0	66.875	66.875
	<u>-1.998.802</u>	<u>-110.229</u>	<u>-2.109.031</u>
Existências em 01-01-2014	0	-66.875	-66.875
Compras	-1.876.445	-104.113	-1.980.558
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2014	0	66.883	66.883
	<u>-1.876.445</u>	<u>-104.104</u>	<u>-1.980.549</u>

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o crédito aquando o débito por parte dos terceiros.

10.1 *Quantia do crédito do contrato reconhecida como crédito do período*

As quantias registadas no período foram as seguintes:

<u>Trabalhos para própria entidade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	52.579	129.412
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	17.864	16.618
	<u>70.443</u>	<u>146.031</u>

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2014	2013
Venda de Água	2.535.469	2.935.433
Prestação de Serviços – Água	1.666.492	1.671.524
Prestação de Serviços – Saneamento	2.967.395	3.063.918
Prestação de Serviços – Ramais	9.443	15.522
	<u>7.178.799</u>	<u>7.686.397</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferiu juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2014	2013
Juros de mora	3.426	22.509

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos, em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927 em 2012, de 60.699 em 2013 e de 47.412 em 2014.

	Provisões
Saldo em 01.01.2013	3.263.942
Utilizações	-60.699
Saldo em 31.12.2013	3.203.243
Utilizações	-47.412
Saldo em 31.12.2014	3.155.830

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 18 de março de 2015.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

14.2

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2014	2013
Imposto Corrente		
IRC do ano	254.920	352.260
	<u>254.920</u>	<u>352.260</u>
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	-100.371	-109.552
	<u>-100.371</u>	<u>-109.552</u>
	<u>154.549</u>	<u>242.708</u>

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

c) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um ativo por impostos diferidos

Imposto diferido	2014	2013
Reversão de ID por utilização de provisão Investimento Substituição	-	22.471

14.3 *Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):*

- Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s);ou
- Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.



[Handwritten signature and initials]

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes de impostos	473.299	882.466		
Variações patrimoniais	362.848	362.848		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	24,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	115.958	233.854	24,5%	26,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Reversão de perdas por imparidade tributadas	0	24.371		
Reversão de provisões tributadas	47.412	60.699		
	47.412	85.070		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Perdas por imparidade em créditos tributadas	80.220	0		
Multas, coimas, juros compensatórios	889	824		
Provisões e perdas por imparidade	105.365	110.836		
IRC e outros impostos	0	0		
Outros	43.136	32.864		
	229.610	144.524		
Lucro tributável	1.018.345	1.304.769		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	23,00%	25,00%		
Imposto calculado	234.219	326.192		
Tributação autónoma	5.425	6.496		
Derrama	15.275	19.572		
Utilização perdas fiscais	0	0		
Imposto sobre o rendimento	254.920	352.260		

14.4 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

- a) **Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:**

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2014	2013	2014	2013
<u>Impostos Diferidos Activos</u>				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	64.056	52.583	11.473	-10.188
	<u>64.056</u>	<u>52.583</u>	<u>11.473</u>	<u>-10.188</u>
<u>Impostos Diferidos Passivos</u>				
Diferenças Temporais				
Ajustamentos de transição para o SNC	0	-88.898	88.898	119.739
	<u>0</u>	<u>-88.898</u>	<u>88.898</u>	<u>119.739</u>
			<u>100.371</u>	<u>109.551</u>

- b) **Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)**

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.5 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos

14.6 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outras Contas a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2014	2013
Clientes	2.312.114	2.467.926
Outras Contas a receber	1.351.740	1.365.120
Caixa e depósitos bancários	851.696	897.518

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2014	2013
Clientes gerais	2.301.295	2.277.085
Trabalhos efectuados não facturados	490.380	534.793
Clientes perdas imparidade acumuladas	-479.561	-343.952
	<u>2.312.114</u>	<u>2.467.926</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2013	318.844
Reforço do ano	89.270
Utilizações	-64.161
Reversões	0
Saldo em 31.12.2013	<u>343.952</u>
Reforço do ano	135.609
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2014	<u>479.561</u>

As Outras Contas a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2014	2013
Outras Contas a receber		
Gastos com calcário	779.009	754.688
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	189.181	226.882
	<u>1.351.740</u>	<u>1.365.120</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2014	2013
Passivos Não Correntes		
Financiamento Obtidos	3.927.689	5.154.550
Outras contas a pagar		
Retribuição à Concedente	291.526	309.026
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	1.240.458	1.261.913
Fornecedores	8.627.225	7.775.248
Outras contas a pagar	593.616	916.002
Fornecedores de investimento	70.336	422.364
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	70.891	70.714
C.M.A._RSU	426.232	265.318
Somague_Caução	0	133.593
Diversos	8.657	6.513

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos bancários e de acionistas, no montante de 3.690.000 euros e 237.689 euros respetivamente.

Os financiamentos obtidos correntes referem-se a financiamentos bancários.

Os financiamentos bancários obtidos vencem juros semestralmente à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,5% de *spread*.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

SÉRGIO M. S. MALINO 91
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191 052

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2014	2013
Ganhos		
Juros de Depósitos	4.705	5.112
Juros de mora	3.426	22.509
	<u>8.131</u>	<u>27.621</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-108.618	-132.560
Juros de mora	-81.780	-105.266
Outros	-11.649	-5.674
	<u>-202.047</u>	<u>-243.500</u>
	<u><u>-193.916</u></u>	<u><u>-215.879</u></u>

A empresa no ano 2014 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento.

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 2.690.00 e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

16. Locações

Existe responsabilidade com um contrato de locação financeira, respeitante à aquisição de um bem de equipamento de transporte que se encontra registado no Ativo fixo tangível.

A quantia bruta escriturada inicial do bem é de 69.587, os gastos com depreciações considerados até ao presente ascendem a 55.670, sendo a quantia líquida escriturada final de 13.917, à data do balanço.

À data do balanço não existe a responsabilidade de futuros pagamentos referentes à locação financeira.

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2014	2013
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7.400	7.300

18. Outras informações

18.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2014	2013
Saldos a Receber		
Imposto sobre o Rendimento	54.926	0
Imposto sobre Valor Acrescentado	63.380	103.877
Outros impostos	0	19
Autarquias locais	0	313
	<u>118.306</u>	<u>104.209</u>
Saldos a Pagar		
Imposto sobre o Rendimento	0	-245.529
Retenção Imposto sobre Rendimento	-5.646	-15.957
Segurança Social	-8.830	-9.124
Tributos Autarquias Locais	-4.866	-4.348
Taxa recursos Hídricos	-94.423	-123.609
	<u>-113.765</u>	<u>-398.567</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas do Oeste, S.A., e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

[Handwritten signature and initials]

18.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos	2014	2013
Rendas	3.330	3.334
Comissões	12.003	12.090
	<u>15.333</u>	<u>15.424</u>

O montante incluído em comissões refere-se a despesas de comissão de agenciamento debitadas pela Caixa BI, relacionadas com o contrato de financiamento. O valor das referidas comissões foi debitado em Novembro e corresponde ao período entre 17 de Novembro de 2014 e 17 de Maio de 2015.

18.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

[Handwritten signature]

Fornecimento e Serviços Externos	2014	2013
Subcontratos	-1.945.391	-2.002.622
Manutenção Rede Água	-12.974	-10.061
Tratamento Efluentes	-1.420.417	1.402.070
Outros	-512.000	-590.491
Serviços Especializados	-921.341	-926.910
Trabalhos Especializados	-704.742	-700.695
Publicidade e Propaganda	-2.801	-1.883
Vigilância e Segurança	-1.549	-2.127
Honorários	-97.515	-110.270
Conservação e Reparação	-45.283	-41.119
Serviços Bancários	-58.886	-57.634
Outros Serviços	-10.564	-13.181
Materiais	-13.074	-13.078
Energia e Fluidos	-245.499	-252.278
Deslocações Estadas e Transporte	-7.369	-7.303
Serviços Diversos	-195.536	-181.400
Rendas e Alugueres	-108.627	-114.477
Comunicação	-26.217	-23.983
Seguros	-50.542	-33.974
Contencioso e Notariado	-1.032	-210
Despesas de Representação	-1.754	-909
Limpeza Higiene e Conforto	-7.364	-7.846
	<u>-3.328.210</u>	<u>-3.383.592</u>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

18.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2014	2013
Rendimentos Suplementares	185.886	156.686
Fornecimento de Energia	17.811	21.456
Diversos	168.075	135.230
Outros	46.484	47.582
Descontos Pronto Pag. Obtidos	479	0
Débito de Gastos com Calcário	30.274	34.542
Indem.Seguro Responsabilidade Civil	7.883	10.748
Diversos	7.848	2.292
	232.370	204.268

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerados como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

18.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2014	2013
Impostos	-168	-166
Outros	-50.254	-31.866
Quotizações	-752	-576
Multas e Penalidades	-843	-642
Indemnizações por sinistro	-5.523	-3.296
Correções Relativas e Exerc. Ant.	0	-9.635
Diversos	-43.136	-17.717
	-50.422	-32.033

18.6 *Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização*

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2014	2013
Ativos Tangíveis	-100.783	-119.857
Ativos Intangíveis	-664.238	-691.412
	<u>-765.021</u>	<u>-811.270</u>

18.7 *Juros e Gastos Similares Suportados*

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Suportados	2014	2013
Juros empréstimos bancários	-108.618	-132.560
Juros de Suprimento	-3.139	-3.602
Juros de mora	-81.780	-105.266
Outros Juros	-8.510	-2.072
	<u>-202.047</u>	<u>-243.500</u>

18.8 *Juros e Rendimentos Similares Obtidos*

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Obtidos	2014	2013
Juros depósitos bancários	4.705	5.112
Juros de mora	3.426	22.509
	<u>8.131</u>	<u>27.621</u>

18.9 *Gastos com o Pessoal*

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2014	2013
Remunerações do Pessoal	-461.671	-445.763
Encargos sobre Remunerações	-97.956	-95.727
Seguros	-20.989	-15.828
Outros	-21.382	-16.536
	<u>-601.998</u>	<u>-573.855</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'OR' and '71' below it.

18.10 **Garantias Prestadas**

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

18.11 **Risco Financeiro**

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

Handwritten signature in blue ink.

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '22' and a large signature.



11.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e colaboradores da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivámos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da AdA - Águas de Alenquer, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2014 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na certificação legal das contas.

Lisboa, 19 de Março de 2015

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



R.

[Handwritten signature]
7/11



12.

Certificação legal
de contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 22.795.935 Euros e um total de capital próprio de 4.845.827 Euros, incluindo um resultado líquido de 318.750 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme referido na Nota 12, encontra-se reconhecido em Provisões, o montante de 3.156 milhares de Euros, referente ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Este montante, assim como o activo intangível correspondente não foram adequadamente actualizados, pelo que, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado líquido do exercício se encontra subavaliado em cerca de 71 milhares de Euros (28 milhares de Euros em 2013) e os resultados transitados se encontram sobreavaliados em cerca de 188 milhares de Euros (216 milhares de Euros em 2013).

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo nº 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 19 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

Ag
17.



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt